

A dívida em debate

2 DEZ 1986

GA

GAZETA MERCANTIL

por Ana Lúcia Magalhães
de São Paulo

"A renegociação da dívida externa não nos permite milagres. Mesmo que limitássemos o seu pagamento, não se sustenta uma taxa de crescimento de 12% ao ano e aumento de salário a 15%."

A opinião é do economista Pêrsio Arida, diretor do Banco Central (BC), para quem existe uma tendência econômica errônea, e politicamente insensata, de procurar na dívida externa a causa dos problemas internos do Brasil.

Pêrsio Arida participou, ontem, da Conferência Internacional sobre a Dívida Externa dos Países em Desenvolvimento, promovida pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), Associação Bra-

sileira de Juristas Democratas e Associação Internacional de Juristas Democratas. Mesmo sem querer tecer comentários sobre como o Brasil se conduzirá nesta próxima rodada de negociações com seus credores, Arida frisou que uma boa renegociação depende da boa condução da política interna.

"Não só a renegociação da dívida externa não nos levará logo ao paraíso, como pensam algumas lideranças políticas, como ela depende muito da forma como conduzirmos a nossa política interna. Caso ela seja mal conduzida, ficaremos fragilizados neste processo de negociação", comentou Arida. O diretor do BC deixou claro que a renegociação é imperiosa, mas destacou que ela terá um processo longo.



Pêrsio Arida

Contudo, Arida acentuou que, mesmo que a renegociação fosse instantânea, isso não se traduziria em melhora imediata da vida do brasileiro. Arida lembrou que muito se fala que o Brasil paga taxas de juro acima das taxas normais de mercado e disse que, mesmo que elas não fossem pagas e isso fosse transferido no sentido de aumentar os salários reais médios da economia, esse aumento não chegaria a 2%. Isto mostra, na sua opinião que

(Continua na página 21)

No segundo painel de debates realizado pela manhã na Conferência Internacional sobre a Dívida Externa dos Países em Desenvolvimento, o representante de Cuba, Miguel Alfonso Martínez, o da Argentina, Beinusz Sz mukler, e o do Chile, Marcos Álvarez García, defenderam a proposta de suspensão total dos pagamentos, escreve a repórter Cecília Costa.

O senador Fernando Henrique Cardoso e o secretário de Governo de São

Paulo, Luís Carlos Bresser Pereira, descartam essa hipótese, por acharem que o Brasil ainda deve esgotar o diálogo com os credores.

Outro ponto de divergência ocorreu também em torno da proposta dos representantes de Cuba, da Argentina e do Chile de integração latino-americana e união de devedores. Bresser Pereira e Fernando Henrique não acreditam que a união possa gerar resultados positivos, devido às diferenças existentes entre a situação econômica de cada devedor latino-americano.

O francês Michel Aglietta, autor de vários livros sobre o sistema financeiro internacional, por seu lado, acredita que o pagamento de juros deve representar apenas 15% da receita de exportações do País, para que possa ter um crescimento sustentado.

(Ver página 21)